



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de aparelho de ultrassonografia, visando atender à demanda da Rede Municipal de Saúde de São Borja, especialmente no que se refere à realização de exames de diagnóstico por imagem.

Atualmente, o equipamento disponível encontra-se tecnologicamente defasado, apresentando limitações na qualidade das imagens geradas, o que compromete, em determinadas situações, a adequada interpretação dos exames e a emissão de laudos conclusivos, conforme relatado pelos profissionais que o utilizam.

Além disso, verifica-se a existência de demanda reprimida para realização de exames ultrassonográficos, resultando em filas de espera e atrasos no diagnóstico, o que impacta diretamente na continuidade do cuidado e na efetividade do tratamento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, a aquisição de novo equipamento justifica-se como medida necessária para garantir maior precisão diagnóstica, reduzir o tempo de espera, evitar a repetição de exames e diminuir a dependência de serviços terceirizados.

Adicionalmente, a contratação representa investimento em infraestrutura própria da Administração, promovendo maior autonomia na prestação dos serviços de saúde, bem como melhor aproveitamento dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição / Especificação
1	01	Unidade	<ul style="list-style-type: none">Aparelho De Ultrassom <p>Equipamento transportável sobre rodízios com no mínimo de 500.000 canais digitais de processamento para oferecer qualidade de imagem em modo 2d, modo m, modo m anatômico. modo power doppler, modo color doppler, modo doppler espectral e doppler contínuo. modo 2d. console ergonômico com teclas programáveis. tecnologia de feixes compostos e tecnologia de redução de ruído e artefatos, zoom read/write. imagem trapezoidal - possibilita aumentar em um o campo de visão em imagens com transdutor linear. imagem harmônica: função com aplicação para todos os transdutores. imagem harmônica de pulso invertido. modo</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			<p>m, modo power doppler. modo color doppler. modo dual live: divisão de imagem em tela dupla de modo b + modo color, ambos em tempo real. power doppler direcional. modo doppler espectral. modo doppler contínuo. tissue doppler imaging (tdi) colorido e espectral. modo triplex. pacote de cálculos específicos. pacote de cálculos simples. tecla que permite ajustes rápidos da imagem, otimizando automaticamente os parâmetros para imagens em modo b e modo doppler. divisão de tela em no mínimo 1, 2 e 4 imagens para visualização e análise de imagens em modo b, modo m, modo power, modo color, modo espectral, dual - modo de divisão dupla de tela com combinações de modos. software de imagem panorâmica com capacidade de realizar medidas. software de análise automática em tempo real da curva doppler. permitir acesso às imagens salvas para pós-análise e processamento. possibilitar armazenar as imagens em movimento. cine loop e cine loop save. pós-processamento de medidas. pós-processamento de imagens. banco de palavras em português. monitor lcd ou led com no mínimo 21,5 polegadas com painel touch screen de no mínimo 10 polegadas, o equipamento devera possuir ajuste de altura no painel ergonômico, possuir braço articulável com ajuste lateral subida e descida, e também possuir ajuste de angulação no painel de lcd ou led "monitor". o aparelho devera conter sistema operacional windows, deve permitir arquivar/revisar imagens. frame rate de pelo menos 1500 frames por segundo. todos os transdutores multifrequenciais, banda larga. hd ou ssd interno de no mínimo 1 terabyte, possuir mínimo 280db, conter minimo 03 portas usb, conter no mínimo de 04 portas ativas para transdutores, sem contar a porta pedoff porta cega. conectividade de rede dicom. possuir drive (gravador) de dvd-r ou porta usb, para armazenamento de imagens e/ou clipes em cd ou dvd regravável, no formato: ou jpeg /</p>
--	--	--	---



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			avi ou mpeg (padrão windows) ou dicom com visualizador dicom de leitura automática. acompanhar os seguintes pacotes para cardiologia: stress echo, mam (modo m multiângulo), cwd, auto ef (medida automática da fração de ejeção), ecg, pacote completo de medição cardíaca, possuir gravação de imagens em pen drive. impressão direta. pelo menos 32 presets programáveis pelo usuário. acompanhar os seguintes transdutores banda larga multifrequenciais: transdutor convexo que atenda as frequências de 2.0 a 5.0 mhz; transdutor endocavitário que atenda as frequências de 4.0 a 9.0 mhz; transdutor linear que atenda as frequências de 4.0 a 15 mhz; transdutor setorial adulto que atenda as frequências de 2.0 a 4.0 mhz. conter variação para +/- para os transdutores. acessórios que acompanha: impressora colorida, no break compatível com o equipamento. tensão 110 a 127 w. apresentar catálogo com características do equipamento, nº de registro na anvisa, manual de instruções em português. a empresa deverá fornecer instalação e treinamento a instituição sem onus.
--	--	--	--

A aquisição justifica-se pela necessidade de ampliação e qualificação da capacidade diagnóstica da rede pública municipal, especialmente nas áreas de cirurgia vascular, ginecologia, obstetrícia e clínica médica.

O equipamento atenderá não apenas à demanda assistencial, mas também às atividades de ensino e formação técnica, contribuindo para o fortalecimento das ações de educação permanente em saúde e programas de residência.

A contratação fundamenta-se nos §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, conforme Estudo Técnico Preliminar e pesquisa de preços constante nos autos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de **até 12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, incluindo entrega, instalação, treinamento e período de garantia do equipamento.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (x) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

() serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Administração, o qual demonstrou a necessidade de aquisição de aparelho de ultrassonografia para atendimento da demanda da Rede Municipal de Saúde de São Borja.

Conforme evidenciado no referido estudo, o equipamento atualmente disponível encontra-se tecnologicamente defasado, apresentando limitações na qualidade das imagens geradas, o que compromete, em determinadas situações, a adequada interpretação dos exames e a emissão de laudos conclusivos.

Adicionalmente, foi identificada demanda reprimida para a realização de exames ultrassonográficos, ocasionando filas de espera e impactando negativamente na celeridade do diagnóstico e no início do tratamento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Estudo Técnico Preliminar também analisou as possíveis soluções disponíveis, concluindo que a aquisição de novo equipamento representa a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e financeiro, em comparação à manutenção do equipamento existente ou à terceirização dos serviços.

Dessa forma, a contratação justifica-se pela necessidade de garantir maior precisão diagnóstica, ampliar a oferta de exames, reduzir o tempo de espera e promover maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução consiste na aquisição de aparelho de ultrassonografia novo, com tecnologia digital e recursos avançados de diagnóstico por imagem, destinado à substituição do equipamento atualmente utilizado na Rede Municipal de Saúde de São Borja.

A contratação contempla o fornecimento completo do equipamento, incluindo transdutores multifrequenciais, softwares embarcados, instalação, testes de funcionamento e treinamento operacional dos profissionais, garantindo sua plena utilização desde a entrega.

O equipamento será utilizado para a realização de exames de diagnóstico por imagem, atendendo às demandas assistenciais nas áreas de cirurgia vascular, ginecologia, obstetrícia e clínica médica, contribuindo para maior precisão diagnóstica, redução de retrabalho e melhoria na qualidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A solução adotada permite a integração do equipamento aos sistemas de informação em saúde, por meio de conectividade adequada (como padrão DICOM ou equivalente), possibilitando o armazenamento, gerenciamento e compartilhamento de imagens e laudos.

Além disso, a contratação inclui garantia mínima, assistência técnica e suporte necessários para assegurar o adequado funcionamento do equipamento durante o período contratual.

Dessa forma, a solução proposta visa não apenas suprir a necessidade imediata de substituição do equipamento existente, mas também promover a modernização da infraestrutura de diagnóstico por imagem do município, ampliando a capacidade de atendimento e fortalecendo a rede pública de saúde



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação compreendem as condições mínimas que deverão ser atendidas pelas empresas interessadas, visando garantir a qualidade, segurança, desempenho e plena funcionalidade do equipamento a ser adquirido.

Normas Técnicas e Conformidade

O equipamento deverá atender integralmente às normas técnicas e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ABNT, INMETRO, ANVISA e demais órgãos competentes, devendo possuir registro ativo na ANVISA, quando aplicável, e cumprir os requisitos de segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e boas práticas de fabricação.

Especificação do Objeto

O objeto consiste na aquisição de **01 (um) aparelho de ultrassonografia**, novo, sem uso anterior, com tecnologia digital, destinado à realização de exames de diagnóstico por imagem, devendo contemplar, no mínimo:

- Modos de operação: B, M, Doppler Colorido, Doppler Pulsado e Power Doppler;
- Monitor de alta resolução;
- Compatibilidade com múltiplos transdutores (convexo, linear e endocavitário, conforme necessidade do serviço);
- Sistema de armazenamento de imagens;
- Software para medições e emissão de laudos;
- Compatibilidade com padrão DICOM ou similar;
- Alimentação elétrica bivolt;

Entrega, Instalação e Treinamento

A contratada deverá realizar a entrega do equipamento no local indicado pela Administração, dentro do prazo estabelecido no edital, incluindo:

- Transporte adequado;
- Instalação completa do equipamento;
- Testes de funcionamento;
- Treinamento operacional da equipe designada;

O recebimento observará as etapas de recebimento provisório e definitivo, conforme legislação aplicável.

Garantia e Assistência Técnica

O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem ônus adicional, contados a partir do recebimento definitivo, contemplando:

- Assistência técnica especializada;
- Manutenção corretiva;
- Substituição de peças defeituosas;

Responsabilidade da Contratada

A contratada será integralmente responsável pela qualidade, desempenho e conformidade técnica do equipamento fornecido, bem como pelo cumprimento de todas as exigências legais e contratuais, inclusive quanto à instalação e pleno funcionamento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto principal. Poderá ser admitida, de forma excepcional, a subcontratação de serviços acessórios, como transporte ou instalação, desde que previamente autorizada pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

Habilitação Técnica

As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de:

- Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

Condições do Produto

O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de manuais, certificados e documentação técnica pertinente.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O objeto será executado mediante o fornecimento de aparelho de ultrassonografia novo, incluindo entrega, instalação, testes de funcionamento e treinamento operacional, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A execução contratual compreenderá as seguintes etapas:

- Entrega do equipamento, em perfeitas condições de uso, no local indicado pela Administração;
- Instalação completa, incluindo montagem, configuração e ajustes necessários ao pleno funcionamento;
- Realização de testes operacionais, com verificação do desempenho e conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- Treinamento dos profissionais designados pela Administração, abrangendo a operação do equipamento e suas funcionalidades;

A contratada deverá assegurar que o equipamento esteja em pleno funcionamento ao final da instalação, apto para utilização imediata pela equipe técnica da unidade de saúde.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 20.106/2023, que regulamenta as funções dos agentes públicos envolvidos na contratação, bem como nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A Administração designará formalmente fiscal e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e adoção das medidas necessárias em caso de descumprimento.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

O prazo para entrega, instalação, testes de funcionamento e treinamento do equipamento será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho ou ordem de compra pela contratada, encaminhada por meio eletrônico ou outro meio formal de comunicação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br para posteriormente ser agendada a instalação do item, ou conforme acordado entre as partes anteriormente em registro eletrônico.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, podendo ser superior, sem ônus adicional para a Administração.

O prazo de garantia para os serviços de instalação será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo.

Durante o período de garantia, a contratada obriga-se a:

- Efetuar, sem ônus para o Município de São Borja, a correção de falhas, defeitos ou irregularidades verificadas;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- Realizar manutenção corretiva, com fornecimento e substituição de peças, componentes e acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento;

O prazo para atendimento e solução dos problemas apresentados será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à comunicação formal realizada pela Administração.

Caso o reparo não possa ser realizado dentro do prazo estabelecido, a contratada deverá apresentar justificativa formal, podendo, a critério da Administração, ser exigida a substituição do equipamento por outro equivalente ou superior, em perfeitas condições de uso.

A garantia poderá ser comprovada mediante certificado de garantia, termo de garantia ou documento equivalente emitido pelo fabricante ou fornecedor, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IV

DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Lucas Alberto Santa Cruz, Médico Clínico Geral, CRM 43591, e seu substituto será Elisangela Dornelles, Diretora administrativa Saúde elisangelakika@saoborja.rs.gov.br

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de promover avaliações, inspeções, testes e diligências, a qualquer tempo, visando verificar a conformidade do objeto com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo obrigação da CONTRATADA permitir e facilitar tais procedimentos.

13.2. Após a entrega, o equipamento será submetido a testes de funcionamento e verificação técnica, a fim de comprovar o atendimento integral às especificações exigidas, bem como sua plena operacionalidade.

13.3. Os testes poderão ser realizados por servidores designados pela Administração ou por profissionais habilitados, abrangendo, no mínimo:

- Verificação das funcionalidades e modos de operação do equipamento;
- Avaliação da qualidade das imagens geradas;
- Conferência dos acessórios e transdutores fornecidos;
- Verificação da instalação e integração com sistemas, quando aplicável;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.4. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou não conformidades, o objeto será recusado, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA proceder à substituição ou correção no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

13.5. O recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à aprovação nos testes e inspeções realizadas, não eximindo a CONTRATADA das responsabilidades quanto à qualidade, funcionamento e garantia do equipamento.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. Recebimento Provisório

O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, no momento da entrega, mediante conferência física do equipamento, verificação da integridade, quantidade, identificação, bem como dos acessórios e documentação exigida.

14.2. Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, após a realização de testes de funcionamento, instalação completa e verificação da conformidade do equipamento com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

14.3. Condições para Aceitação

O recebimento definitivo ficará condicionado a:

- Instalação completa e funcionamento adequado do equipamento;
- Realização dos testes operacionais com resultados satisfatórios;
- Conferência dos transdutores, acessórios e funcionalidades;
- Entrega de manuais, certificados e documentação técnica;
- Realização do treinamento dos profissionais designados;

14.4. Recusa do Objeto

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo a CONTRATADA proceder à substituição ou correção no prazo estipulado pela Administração, sem ônus adicional.

14.5. Observações Gerais

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, funcionamento e garantia do objeto fornecido.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 15(quinze) dias após a liquidação definitiva realizada pelo Departamento de Material, Patrimônio e Documentos e autorização do técnico responsável.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação será realizada por meio de Pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

17.2. O tipo de licitação será o de **menor preço**, conforme previsto na legislação vigente.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.1 AMOSTRA

() Não () Sim

Não será exigida a apresentação de amostra, tendo em vista que o objeto da contratação consiste em equipamento de grande porte e alto valor, cuja exigência de amostra se mostra inviável do ponto de vista logístico e econômico, podendo restringir a competitividade do certame.

A verificação da conformidade do equipamento será realizada por meio da análise da proposta técnica, catálogos, fichas técnicas, manuais e demais documentos apresentados pelo licitante, bem como mediante testes e inspeções no momento da entrega, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não () Sim

Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, documentação técnica oficial do fabricante que comprove o atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência.

Serão aceitos como documentos oficiais do fabricante:

- Catálogo técnico;
- Folder;
- Manual do equipamento;
- Ficha técnica;
- Certificados;
- Ou documento equivalente que contenha as características técnicas do equipamento;

Também será aceita documentação extraída do sítio eletrônico oficial do fabricante, desde que:

- Seja indicado o endereço eletrônico (link) correspondente;
- Seja possível identificar claramente o equipamento ofertado;
- As informações apresentadas permitam a verificação das especificações exigidas;

A documentação apresentada deverá permitir a análise detalhada das características técnicas do equipamento, sendo facultado à Administração realizar diligências para confirmação das informações.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de habilitação, deverão ser observadas as exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 67, bem como as seguintes condições específicas:

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de equipamento de características semelhantes. Comprovação de regularização do produto junto a ANVISA, por meio de registro ou cadastro válido.

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Não será exigida vistoria prévia, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de equipamento, cuja execução não depende de avaliação prévia das condições do local por parte dos licitantes. As informações necessárias para elaboração da proposta encontram-se devidamente descritas neste Termo de Referência, sendo suficientes para a adequada formulação das propostas.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

A contratação deverá observar, no que couber, as seguintes normas e legislações técnicas aplicáveis:

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente aquelas relacionadas a equipamentos eletromédicos e segurança elétrica;
- Regulamentos e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, aplicáveis a equipamentos médicos, incluindo requisitos de registro, comercialização e funcionamento;
- Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, quando aplicáveis ao objeto;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- Normas internacionais reconhecidas, tais como IEC (International Electrotechnical Commission), aplicáveis a equipamentos eletromédicos;
- Lei nº 6.360/1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os produtos e serviços de saúde;
- Lei nº 14.133/2021, no que se refere às contratações públicas;
- Demais legislações e normas técnicas pertinentes ao objeto, especialmente aquelas relacionadas à segurança, qualidade, desempenho e regularidade sanitária dos equipamentos médicos.

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Não foi destinada cota ou item para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o objeto da contratação consiste em item único, de natureza indivisível, com valor estimado superior a R\$ 80.000,00.

A divisão do objeto não se mostra tecnicamente viável, uma vez que se trata de equipamento único que deve ser fornecido de forma integral, incluindo seus componentes, acessórios, instalação e garantia, sob responsabilidade de um único fornecedor, de modo a assegurar a plena funcionalidade e a adequada prestação do serviço.

Dessa forma, a não aplicação do tratamento diferenciado fundamenta-se no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

19.5 JUSTIFICATIVAS DAS VEDAÇÕES

Vedação à participação de consórcios

Fica vedada a participação de empresas em regime de consórcio no presente certame, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bem único, de natureza comum e indivisível, não demandando a conjugação de esforços técnicos ou operacionais de múltiplas empresas para sua execução.

A vedação fundamenta-se no fato de que a participação de consórcios, neste caso, não agrega competitividade ao certame, podendo, ao contrário, dificultar a gestão contratual, especialmente no que se refere à responsabilização, garantia e assistência técnica do equipamento.

Vedação à participação de cooperativas

Fica vedada a participação de sociedades cooperativas, considerando que o objeto da contratação envolve o fornecimento de equipamento com exigência de responsabilidade técnica, garantia, assistência técnica especializada e suporte operacional contínuo, características que demandam estrutura empresarial compatível e organização administrativa própria.

Adicionalmente, a natureza do objeto não se coaduna com o modelo de atuação das cooperativas, especialmente no que se refere à execução direta, responsabilidade contratual e prestação de suporte técnico especializado.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21.

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor unitário de referência
------	-------	------	---------------	------------------------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1	01	UNID	<ul style="list-style-type: none">• Aparelho De Ultrassom <p>Equipamento transportável sobre rodízios com no mínimo de 500.000 canais digitais de processamento para oferecer qualidade de imagem em modo 2d, modo m, modo m anatômico. modo power doppler, modo color doppler, modo doppler espectral e doppler contínuo. modo 2d. console ergonômico com teclas programáveis. tecnologia de feixes compostos e tecnologia de redução de ruído e artefatos, zoom read/write. imagem trapezoidal - possibilita aumentar em um o campo de visão em imagens com transdutor linear. imagem harmônica: função com aplicação para todos os transdutores. imagem harmônica de pulso invertido. modo m, modo power doppler. modo color doppler. modo dual live: divisão de imagem em tela dupla de modo b + modo color, ambos em tempo real. power doppler direcional. modo doppler espectral. modo doppler contínuo. tissue doppler imaging (tdi) colorido e espectral. modo triplex. pacote de cálculos específicos. pacote de cálculos simples. tecla que permite ajustes rápidos da imagem, otimizando automaticamente os parâmetros para imagens em modo b e modo doppler. divisão de tela em no mínimo 1, 2 e 4 imagens para visualização e análise de imagens em modo b, modo m, modo power, modo color, modo espectral, dual - modo de divisão dupla de tela com combinações de modos. software de imagem panorâmica com capacidade de realizar medidas. software de análise automática em tempo real da curva doppler.</p>	R\$ 150.156,33
---	----	------	--	----------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			<p>permitir acesso às imagens salvas para pós-análise e processamento. possibilitar armazenar as imagens em movimento. cine loop e cine loop save. pós-processamento de medidas. pós-processamento de imagens. banco de palavras em português. monitor lcd ou led com no mínimo 21,5 polegadas com painel touch screen de no mínimo 10 polegadas, o equipamento devera possuir ajuste de altura no painel ergonômico, possuir braço articulável com ajuste lateral subida e descida, e também possuir ajuste de angulação no painel de lcd ou led "monitor". o aparelho deverá conter sistema operacional windows, deve permitir arquivar/revisar imagens. frame rate de pelo menos 1500 frames por segundo. todos os transdutores multifrequênciais, banda larga. hd ou ssd interno de no mínimo 1 terabyte, possuir mínimo 280db, conter mínimo 03 portas usb, conter no mínimo de 04 portas ativas para transdutores, sem contar a porta pedoff porta cega. conectividade de rede dicom. possuir drive (gravador) de dvd-r ou porta usb, para armazenamento de imagens e/ou clipes em cd ou dvd regravável, no formato: ou jpeg / avi ou mpeg (padrão windows) ou dicom com visualizador dicom de leitura automática. acompanhar os seguintes pacotes para cardiologia: stress echo, mam (modo m multiângulo), cwd, auto ef (medida automática da fração de ejeção), ecg, pacote completo de medição cardíaca, possuir gravação de imagens em pen drive. impressão direta. pelo menos 32 presets programáveis pelo usuário.</p>	
--	--	--	--	--



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

			acompanhar os seguintes transdutores banda larga multifrequenciais: transdutor convexo que atenda as frequências de 2.0 a 5.0 mhz; transdutor endocavitário que atenda as frequências de 4.0 a 9.0 mhz; transdutor linear que atenda as frequências de 4.0 a 15 mhz; transdutor setorial adulto que atenda as frequências de 2.0 a 4.0 mhz. conter variação para +/- para os transdutores. acessórios que acompanha: impressora colorida, no break compatível com o equipamento. tensão 110 a 127 w. apresentar catálogo com características do equipamento, n° de registro na anvisa, manual de instruções em português. a empresa devera fornecer instalação e treinamento a instituição sem onus.	
--	--	--	--	--

A estimativa de valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada conforme as disposições legais aplicáveis, considerando valores praticados no mercado para fornecimento de equipamento com características semelhantes ao objeto pretendido.

Para a composição do valor estimado, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Análise de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;
- Consulta a bases de dados oficiais, quando disponíveis;

A metodologia adotada consistiu na análise comparativa dos valores obtidos, com definição de preço estimado com base em critérios de média de mercado, conforme demonstrado no mapa comparativo de preços constante nos autos do processo administrativo.

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Daniele Dutra
Agente Operacional de Saúde

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes de Emenda Parlamentar, portaria nº 767/2025, conta bancária nº 574711305-0.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10

Unidade: 04

Função: 10

Programa: 154

Projeto/Atividade: 2088

Elemento: 4.4.90.52.00.00.00

Recurso: 2601/3110

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 17 de Abril de 2026

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Daniele Dutra

SECRETÁRIO (A) DA PASTA
Sabrina Dornelles Loureiro

() Defiro

() Indefero

**Prefeito de São Borja/RS
José Luis Rodrigues Machado**